

## **Idealização e Construção de uma Nova Capital no Cerrado: Um olhar sobre os princípios ambientais**

*Creation and Construction of a New Capital in the Cerrado: A look at the environmental principles*

### **Angela Ciccone Pinto**

Mestre em História pela  
Universidade Federal de Goiás  
(Goiás/Brasil).

angelaciccone@gmail.com

### **Alexandre Martins de Araújo**

Doutor em História pela  
Universidade Federal de Goiás  
(Goiás/Brasil). Docente do curso  
de história da Universidade  
Federal de Goiás (Goiás/Brasil).

araujo.alexandre@uol.com.br

PINTO, Angela Ciccone; ARAÚJO, Alexandre Martins. Idealização e Construção de uma Nova Capital no Cerrado: Um olhar sobre os princípios ambientais. *FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis-Goiás, v.3, n.1, jan.-jul. 2014, p.78-88.

#### Resumo

Este artigo pretende discutir a forma na qual a natureza e, especificamente, a região que compreende o rio Meia Ponte, foram abordados nos documentos oficiais de planejamento da construção da cidade de Goiânia, no período do Estado Novo. Indicaremos, ainda, alguns dos desdobramentos das políticas e práticas realizadas no período no decorrer da história da cidade.

Palavras-Chaves: Goiânia, Planejamento Urbano, Natureza.

#### Abstract

*This article discusses the way in which nature and, specifically, the region comprising the Meia Ponte River, were addressed in official planning documents the construction of the city of Goiania, in the period of the New State. Furthermore, we indicate some of the consequences of policies and practices carried out during the course of the history of the city.*

*Keywords: Goiânia, Urban Planning, Nature*

**E**xistem vários trabalhos de fôlego que contam a história de Goiânia em diversas perspectivas. No entanto, até onde sabemos, a história de um rio dentro desta cidade ainda não fora escrita. Neste artigo abordaremos alguns dos reflexos da ocupação citadina em relação à bacia hidrografia do rio Meia Ponte, tendo como ponto de partida a construção da capital do Estado. A construção desta cidade foi um marco importante na historicidade da bacia do Meia Ponte e está intrinsecamente relacionada com a política de ocupação e integração nacional do começo do século XX.

Em relação aos impactos ambientais (Rubin, 2002, p. 73) adverte ser a construção de Goiânia a mais grave intervenção antrópica para a bacia, “quando os recursos naturais da região foram explorados intensamente, dando início à fase de degradação da bacia hidrográfica em consideração”.

Quanto ao crescimento demográfico e sua forma de ocupação neste ambiente lótico, podemos apontar como fator fundamental de análise a grande movimentação demográfica ocasionada pela construção de Goiânia em razão do plano nacional conhecido como “marcha para o oeste”, aspecto que incidirá sob a especificidade desta bacia abarcada pelo espaço urbano. A partir de então, trataremos de um curso d’água e sua transformação em um rio citadino, nos âmbitos ambientais, políticos, econômicos e culturais nas primeiras décadas da construção de Goiânia através da análise dos documentos realizados por seus idealizadores e análises feitos através dos desfechos históricos desta trajetória.

## **Goiânia, o Conceito de Modernidade e seus Desdobramentos Socioambientais**

Algumas aspirações para a nova capital do Estado nos permitem uma percepção mais aproximada dos fundamentos nos quais se balizavam uma cidade no período do Estado Novo. Não só em Goiânia como em todo o Brasil, o discurso político hegemônico era o da modernidade e os anseios modernos, neste período, estão intrinsecamente relacionados à noção de desenvolvimento.

A transferência da capital foi um esforço político conjunto, em graus diferentes de interesses, regionais e nacionais, de alijar as oligarquias até então no poder, no caso, os Caiado. A feição nacionalista e cientificista do Estado brasileiro tinha o forte propósito de modernizar a sociedade e as instituições do governo a partir de pressupostos desenvolvimentistas (Drummond; Franco, 2012). Essa era a marca do pensamento e da práxis política da época, na qual o interventor do Estado de Goiás, Pedro Ludovico, também estava imbuído.

A figura de Pedro Ludovico neste contexto foi fundamental para a transferência da capital. Sob os cuidados de Ludovico a idealização da transferência passou por três fases complementares: a escolha do local, realizada por uma expedição técnica-política; um relatório realizado pelo urbanista Armando de Godói com propósito de validar a escolha feita pela comissão técnica e; por fim, a contratação e elaboração do Plano Diretor realizado pelo arquiteto urbanista Atílio Corrêa Lima.

A fim de balizar as escolhas políticas nos parâmetros de uma cidade moderna, os documentos expedicionários e de planejamento foram uníssonos com o discurso sobre os critérios ambientais indispensáveis para a nova capital. De forma geral, o que se priorizou nos documentos foram as considerações ambientais em torno dos recursos hídricos, do clima e da topografia adequada. Não obstante, a relevância da proximidade com a estrada de ferro mostrou-se como o mais forte argumento para a execução da expedição de reconhecimento de algumas áreas. O assunto é tratado na ata de inauguração dos trabalhos expedicionários nos seguintes termos:

Assim é que, na impossibilidade de percorrer todo o Estado à procura de locais, e mesmo na contingência de atender a numerosos pedidos de visita a localidades do sul, achava que a comissão, conhecedora das graves dificuldades e embaraços que a falta de transporte acarreta, devia assentar como dogma para a diretriz de seus trabalhos a proximidade da estrada de ferro, e não a escolha de localidade dela muito distante (Monteiro, 1938, p. 34).

Atendendo este dogma, a região sul do estado teve seus recursos hídricos, o clima e a topografia tratados minuciosamente nos relatórios expedicionários. Dessa maneira, vemos que a mobilidade, um dos elementos basilares da modernidade, norteará as perspectivas sobre as condições ambientais favoráveis ao propósito de desenvolvimento.

Com o término da expedição de reconhecimento de algumas regiões eleitas como possíveis locações para a nova cidade, o documento da comissão de reconhecimento das áreas recomenda a região próxima à Campinas como o lugar ideal para a nova capital. O presidente da comissão, o bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, aconselha então Pedro Ludovico a contratar os serviços do urbanista Armando de Godói, “um dos mais balizados urbanistas brasileiros” (Monteiro, 1938, p. 48), para executar um relatório sobre o local eleito para construção da futura capital.

O relatório foi feito e o local homologado sem restrições. Imbuído de um pensamento positivista, Godói defendeu a cidade moderna sob a tríade da cultura, da ordem e de atividades bem coordenadas. O urbanista, em seu relatório, afirma que a região estava “preparada pela natureza para servir de sede de uma moderna cidade.” (Godói apud Diniz, 2007, p. 111). Os atributos naturais que chamaram a atenção dos mudancistas, condizentes com os critérios de Godói, foram detalhados nos pareceres técnicos.

As condições hidrográficas encontradas foram elogiadas pelo engenheiro Godói, que ressaltou a abundância de rios e corredeiras nos arredores de Campinas. Os rios Meia Ponte, Anicuns, a corredeira Jaó, os riachos Cascavel, Macambira, Santo Antônio foram descritos nas suas capacidades e qualidades (Diniz, 2007, p. 112).

Godói ainda menciona a fertilidade dos terrenos, verificada por visitas às lavouras nas quais pôde observar plantações de milho, feijão, mandioca e arroz. O meio físico fora analisado por ele também. Observou-se a possibilidade de obter pedra, areia, argila e madeira (Diniz, 2007, p. 112), importantes para as inúmeras construções que iriam realizar-se.

Desta forma, o Centro-Oeste, principalmente o sul goiano, passa a ser considerado como peça essencial na integração e modernização nacional. A região foi concebida como território de expansão agrícola e entreposto comercial:

O sul do estado ganha, aqui, dimensões que vão além de sua localização geográfica ou regionalização. Ele ganha dimensão política e econômica e passa a representar uma nova lógica do pensamento político dominado pela ideologia industrial do sudoeste brasileiro. O sul e sudeste goianos representam, juntos, a aliança com o capital industrial que chegou com os trilhos da Estrada de Ferro Goiás (Mogiana). Para tanto, a localização geográfica da área de construção da nova capital goiana no centro do país facilitou este propósito metropolitano, pois a ideia de articular as regiões centro-oeste e norte com a economia de mercado do sudeste brasileiro passava pela estruturação de uma “base central” de redistribuição de mercadorias, serviços e capitais para o Centro-Oeste e o Norte do país. Por isso, sua implantação próxima à ferrovia que vinha do sudeste e passava pelo Triângulo Mineiro (Oliveira, 2011, p. 58).

Nos anos 1930, a produção e economia da região se assentavam principalmente no cultivo de grãos, na pecuária e extrativismo mineral e florestal, com uma oferta e potencial de exportação pouco diversificados. As atividades eram de natureza tradicional, voltadas para o escoamento de produção, majoritariamente, na própria região. No entanto, correspondendo aos ensejos de transformá-la em uma região de fronteira, passou a cumprir seu papel de produtora de excedentes para exportação, com intuito de contribuir para o equilíbrio da balança comercial brasileira (Moysés, 2004, p. 79-82).

Os resultados deste novo papel para a produção econômica da região, já com grandes modificações estruturais nos anos 1960, geraram uma agricultura altamente capitalizada e tecnificada:

Ao longo do tempo, Goiânia foi se metropolizando e o campo foi se modernizando cada vez mais. A produção rural não era somente para atender aos grandes centros brasileiros e sim centros mundiais. O arroz dá lugar ao milho e depois à soja, que na atualidade está dando lugar ao “re-encontro” da agricultura brasileira com a cana-de-açúcar (Oliveira, 2011, p. 12).

Um dos efeitos adversos deste novo contexto na região foi o êxodo rural. Fatores como a mecanização do campo, grilagem de terras e a concentração latifundiária mudaram completamente

o cenário do campo e cidades do Centro-Oeste brasileiro. Desapropriadas dos seus meios de produção, as pessoas migraram massivamente para as cidades, o maior polo de atração até os anos de 1980<sup>1</sup> foi a cidade de Goiânia. O “Eldorado” (Moysès, 2004) do Cerrado firmava-se como centro de atração para trabalhadores que tinham como maior atividade a construção civil. A economia da cidade, nessa nova dinâmica da região, consolidou-se como previsto em polo de influência na “rede de distribuição e redistribuição da produção industrial do sudeste brasileiro para o território goiano e sua região de influência – estados do Norte e Nordeste” e, com o tempo, a oferta de serviços tomou o mesmo rumo (Oliveira, 2011, p. 66).

A marcha para o Oeste trilhara bem alguns de seus itinerários previstos em nome do desenvolvimento e progresso nacional. Outros caminhos projetados tomaram percursos mais sinuosos. Na concepção de modernidade dos anos de 1930 para o Brasil, dois fatores eram tidos como fundamentais: a industrialização e, como um de seus elementos indispensáveis, o fomento à energia elétrica. Esses fatores foram contemplados no projeto da cidade de Goiânia. Nas considerações do arquiteto urbanista Armando de Godói, assim como nas de Atílio Corrêa Lima evidencia-se a preocupação com a industrialização e energia elétrica. Sobre a visão moderna de cidade e sua filiação à indústria, Godoi (1938, p. 49) disserta:

Hoje, graças à evolução social e à circunstância de ter a humanidade entrado francamente na fase industrial, a cidade moderna é um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progredem e não prosperam.

Mais adiante, no mesmo documento, o urbanista (1938, p. 49) conclui:

Atribuo o pouco ponderável progresso do vosso Estado ao fato de nele não ter ainda podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social do povo.

No intuito de resolver tal problema, o zoneamento da cidade, realizado por Atílio Corrêa Lima, escreve sobre a zona industrial, considerando que deveria ocupar a parte mais baixa da cidade, lugar de planície, fator relevante, dada a necessidade da atividade industrial em ocupar grandes áreas. Considera ainda esta a região mais conveniente “pois fica na região onde futuramente, com a construção da estrada de ferro, essa terá maior facilidade de estabelecer sua estação de triagem, desvios e onde o acesso é natural” (Lima, 1938, p. 141).

As noções de Corrêa Lima e Godoi eram consonantes com a ideia de que fundamentalmente uma cidade deveria desenvolver um polo industrial e, conseqüentemente, ter condições para este desenvolvimento. Propondo às cidades um princípio articulador, preocupado

com a garantia das inúmeras funcionalidades e atividades do meio urbano, Godói argumenta sobre o valor de se ter um potencial energético:

Já em linhas anteriores mostrei o papel importantíssimo que representa a energia elétrica em um centro urbano. O consumo desse elemento tende também a crescer com a civilização. Nos últimos vinte anos o número de quilowatts-hora gastos pelas cidades progressistas em todo o mundo tem ido além das previsões de muitos técnicos. [...] Felizmente, Campinas é banhada pelo rio Meia Ponte, que apresenta, como já disse, uma queda natural com uma potência de cerca de 450 cavalos, a qual poderá ser aumentada no caso de se recorrer à queda artificial. Como já disse, para a primeira fase tal potência será suficiente, não havendo necessidade de se apelar para as quedas próximas, distando menos de cem quilômetros, segundo informado. [...] O que se faz mister é que o governo goiano tudo faça com o escopo de poder fornecer aos habitantes da futura capital força e luz pelo menor preço possível. O desenvolvimento e a prosperidade do centro urbano em projeto ficarão dependendo enormemente de tal condição (Godói, 1938, p. 64-65).

Godói apresenta em grande parte do seu relatório argumentações em relação ao papel essencial do recurso hidrelétrico para a cidade. Além das preocupações no fornecimento de energia para um futuro desenvolvimento industrial, o comércio e benefícios individuais eram de grande preocupação. O arquiteto (1938, p. 56-57) declara que:

As cidades como que morriam à noite, antes do homem haver conquistado os meios de governar tão poderosa força. A atividade industrial, a comercial, a que tem por fim divertir as massas e a vida doméstica moderna não podem dispensar tão extraordinário elemento, que é capital para o progresso urbano.

Através da importância dada à energia elétrica, da consideração acerca de todas as possibilidades por ela proporcionada à cidade, é que o rio Meia Ponte adquire uma de suas primeiras imagens citadinas, já nos primeiros anos de Goiânia. Desde os planos de idealização para a cidade, pautados nas aspirações de modernidade, esse rio foi considerado como elemento fundamental para a organização e funcionamento da capital. As outras importâncias e imagens que se juntaram a esta foram sobre a relevância do rio para o saneamento básico na capital. Atílio Corrêa Lima aspirava a uma integração de funções para o rio em sincronia com a cidade e suas demandas. Sobre o sistema de esgoto e seu manejo, ele (1938, p. 145) ordenara:

O sistema aconselhável para o caso é o separativo. A rede de águas fluviais é relativamente simples, pois serão despejadas nos córregos, não obrigará utilizar grandes seções. Quanto à rede de matérias fecais, deverá ser coletada em um emissário que transporte os resíduos abaixo da represa do Jaó, não sendo aconselhável de maneira alguma que o despejo se faça acima desta.

A visão de Atílio para o Meia Ponte era múltipla e funcional. Sobre o despejo dos dejetos humanos no Meia Ponte, ponderava que só deveria ser feito após um tratamento bacteriológico ou químico, para que pudessem ser aproveitados como adubo os resíduos (Lima, 1938). Sobre o mesmo rio, ele (Lima, p. 144-145) ainda argumenta: “A represa do Jaó poderá, se bem preparado o

seu terreno, constituir um centro de atrações esportivas inédito do Estado. Pela extensão que alcançará o lago formado, todos os esportes aquáticos poderão ser praticados.”

Tanto a indústria quanto os propósitos voltados ao Meia Ponte não se constituíram conforme sua idealização. A indústria até recentemente não teve forte expressão na cidade. Em relação à usina, o represamento do rio foi relevante somente no início da ocupação dos moradores na nova capital.

O contrato do governo estadual com a empresa do engenheiro José Madureira Junior firmou a construção do reservatório para a usina hidrelétrica no ano de 1934. As obras aproveitaram o desnível natural de oito metros do Meia Ponte na região em que depois se constituiria o Clube e o bairro Jaó. A usina para abastecimento de energia elétrica da cidade começou a funcionar em novembro de 1936, com a ajuda de um motor de submarino comprado pelo governo do estado.

**Figura 1: Visita à barragem da usina e aspectos da região na década de 1940**



Autoridades visitam barragem da Usina Jaó. Eduardo Bilemjian. Década de 1940. Goiânia-GO. Coleção José Mendonça Teles. Acervo MIS-GO.

Fonte: Jornal da Biodiversidade Goiana, ano 2, n. 2, p. 7, 2009.

O aumento populacional pôs a capacidade de 1500 quilowates gerados pela represa em defasagem. Em 1970, a usina é completamente desativada, sua barragem dinamitada e o lago destruído. “O crescimento da cidade acelerou o processo de desativação da usina.” (Castilho, 2010, p. 3).

O progresso da cidade também acabou por acelerar o processo de degradação dos cursos d’água de Goiânia. Com o adensamento populacional e o crescente liberalismo econômico, a cidade toma outras formas:



Até a década de 1950, o governo manteve controle absoluto sobre os parcelamentos e as reservas ecológicas da capital. Após este período, devido à integração do território goiano com o mercado capitalista e ao processo de urbanização crescente, a cidade é marcada por uma intensa procura por moradia e alternativas de sobrevivência (Silva, 2012, p. 116).

As aspirações integralistas da vida urbana propostas para o Meia Ponte se desarticularam neste novo contexto e aos poucos sua imagem fora sendo reelaborada no imaginário da população da cidade. A usina, o sistema de esgoto equilibrado, suas margens protegidas nas áreas que compreendiam a zona rural da cidade, todos esses projetos foram aos poucos sendo suplantados pelo crescimento desorganizado da cidade:

A ideia de uma cidade que articulasse rural e urbano com a construção das cidades-satélites entre áreas de campo perdeu força diante do crescimento urbano que se deu de forma rápida e guiada pela especulação imobiliária e a indústria de construção civil. (Oliveira, 2011, p. 61)

Aos poucos, a nova dinâmica instituída ao Meia Ponte na cidade fora lhe reconfigurando novas imagens, e por conseguinte, novas representações. Corrêa Lima planejou uma grande área verde para Goiânia, compreendendo o total de 1.082 hectares. Suas justificativas e preocupações em relação a essas áreas pautavam sobre a seguinte ideia:

Logo que a cidade comece a dar foros de progresso, aquela se fará sentir com todas as suas nefastas consequências; muito contribuirão para isso as mudanças de governo. É preciso, portanto, que desde já fiquem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde poderá a administração transformar estas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos (Lima, 1938, p. 144).

A preocupação do urbanista era a de garantir áreas livres que propiciassem reserva de oxigênio e água, fator indispensável para a salubridade de uma cidade. Com o tempo essas reservas se transformariam pelas mãos dos homens em parques. Em uma natureza ordenada, a serviço das demandas de funcionalidade do espaço citadino. Em resposta a esta razão defendida por Corrêa Lima o arquiteto divide a cidade por zonas. Sobre o assunto ele disserta:

O zoneamento da cidade é feito procurando satisfazer as tendências modernas, de localizar os diversos elementos da cidade em zonas demarcadas, a fim de não só obter a melhor organização dos serviços públicos, como também, para facilitar certos problemas técnicos, econômicos e sanitários, não falando aqui na estética (Lima, 1937, p. 140).

Attílio Corrêa Lima tem em seu projeto uma noção ordenadora, na qual o ambiente deve ser funcionalizado e a natureza dominada. No planejamento urbano monumental, não só a natureza e os espaços deveriam ser ordenados e servirem a um propósito retroprojetado em imagem, como também, os homens que ocupariam este espaço. Quanto Corrêa Lima considerou as reservas, a salubridade da população da cidade e o abastecimento dinâmico, todos aspectos importantes para a dinâmica de um centro urbano, ainda assim, lhe faltou um olhar mais apurado a respeito da ocupação deste espaço “vazio” por ele planejado. O Plano Diretor de Goiânia, entregue por Attílio



Côrrea Lima ao interventor Pedro Ludovico, no ano de 1935, pouco se ateu a pluralidade das condições sociais de seus pretéritos habitantes.

Apesar de cientes da necessidade de um contingente de mão de obra na construção da capital, os documentos de planejamento da cidade não idealizaram um espaço para o estabelecimento de seus construtores. De fato, Diniz argumenta (2007) que o planejamento era infértil a qualquer ocupação, seja de quem fosse. Corrêa Lima havia projetado, segundo os documentos, algumas funcionalidades para uma parcela dos habitantes da cidade. A população pensada para ocupar a cidade seria aquela que praticaria o footing (caminhadas em torno das praças e jardins), que habitaria as casas planejadas, que se disporia conforme as divisões feitas em zonas – administrativa, residencial, comercial, lazer. Mas o contingente pobre da população foi negligenciado pelo arquiteto em todos os âmbitos. Por ele, o único projeto pensado e detalhado foi o “político-administrativo”, diferente de outros trabalhos anteriormente realizados, como o caso da cidade de Niterói (Diniz, 2007). “No caso de Goiânia, o urbanista não destinou nenhum setor, ou sequer edificação, para um complexo universitário, museu, biblioteca, teatros”, deixando até mesmo a elite em descrédito (Diniz, 2007, p. 150). Mas a situação se agrava ainda mais:

As áreas para lazer são reduzidas aos parques e quadras esportivas, como as ‘doze quadras de tênis!’. Quanto ao setor de saúde, não há hospitais, centro ou postos de saúde, nem o cemitério foi pensado no Plano (Diniz, 2007, p. 150-151).

A impressão é que a população “transplantada” já viria em sua forma pronta, não tendo outra necessidade além da de compor a paisagem, os espaços públicos dotados de valor estético. Contudo, uma cidade é, sobretudo, o que seus habitantes fazem dela. Os trabalhadores que vieram para construí-la também a conceberam, conforme suas necessidades e possibilidades. As áreas de preservação (margens do Botafogo), as beiras dos córregos, os fundos dos vales, foram espaços ocupados, funcionalizados e vividos. As demandas por moradia foram sanadas através de ocupações de áreas indevidas, salvaguardadas no Plano original da cidade. Aos poucos, as transformações foram ocorrendo também nas regiões destinadas à ocupação de tipo rural, como a região do Meia Ponte, que progressivamente foi sendo incorporada à malha urbana. As fotos que selecionamos abaixo são representações do que estamos a dizer.

Por iniciativa própria ou levados por ofertas mais baratas de moradia com os loteamentos populares – particulares ou estatais – o fato é que, conforme aumentavam a densidade demográfica e a necessidade de moradia, as ocupações iam esparramando para além do que se delimitou como espaço urbano. Nesse sentido, áreas importantes de reservas nos arredores da cidade foram ocupadas e conseqüentemente degradadas. As demandas sociais das camadas pobres da população

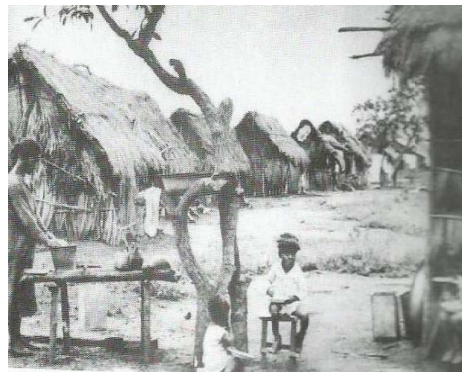
acabaram por contribuir para o desmantelamento dos planejamentos voltados para as áreas de reservas e áreas rurais, embora os planejadores ressaltassem a importância de se considerar esse assunto.

**Figura 2: Abrigo de um trabalhador em Goiânia**



Fonte: Adaptação de Diniz (2007, p. 167)

**Figura 3: Aspectos das moradias nas áreas populares da cidade**



Fonte: Adaptação de Daher (2003, p. 226)

O Plano não se concretizou como idealizado, pois a abjeção, social e ambiental, contornou suas formas e os esquecidos, se não ignorados, também moldaram Goiânia. A concepção de modernidade, ainda presente no imaginário da cidade, revestiu-se de outras faces. O caos e a ineficiência, sentidos tão comuns às grandes cidades, chegaram também à capital planejada. Aos poucos a cidade foi se transformando e a imagem das primeiras décadas da capital sofreu mudanças drásticas, assunto para um outro trabalho.

## Notas

<sup>1</sup> Eliezer Cardoso de Oliveira (1999, p. 113 e 114) demonstra que, a partir do ano de 1980, os municípios situados no entorno de Goiânia passam a apresentar um crescimento demográfico maior do que a própria capital. Sendo Goiânia um polo aglutinador, de trabalho e serviços, as pessoas instalaram-se em seu entorno, tanto quanto na própria cidade. Como resposta a este fenômeno, em 1979 foi elaborada a Carta da Grande Goiânia, redigida com a participação dos municípios de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista, Guapó, Nerópolis e Trindade. Pretendiam dar conta de demandas que já não podiam ser pensadas só no plano do município, como por exemplo, comércio, transporte público e aprovação de loteamentos. A partir de então, oficialmente se admite e analisa a influência das cidades entre si, reconhecendo as interferências políticas, administrativas e sociológicas entre elas. Ao longo dos anos, outros municípios foram incorporados à Região Metropolitana.

## Referências

Castilho, Paulo. 2014. A água e a cidade de Goiânia. Disponível em: <<http://meiaponte.org/artigos/a-agua-e-a-cidade-de-goiania.html>> Acesso em: 28 jan.

Diniz, Anamaria. 2007. Goiânia de Atílio Correa Lima (1932-1935). Ideal estético e realidade política. 2007. 250f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

Drummond, José Augusto; Franco, José Luiz de Andrade. 2012. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: Franco, J. L.; Silva, S. D.; Drummond, J. A.; Tavares, G. G. (Org.). História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond. p. 333-366.

Godoi, Armando de. 1938. Relatório apresentado ao Sr. DR. Interventor Federal, em Goiás, pelo engenheiro urbanista Dr. Armando de Godoi. Relativo à construção da nova capital do Estado de Goiás nas proximidades da cidade de Campinas In: MONTEIRO, Ofélia Socrates do Nascimento. Como nasceu Goiânia. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”.

Lima, Attílio Corrêa. 1938. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Pedro Ludovico, pelo engenheiro Corrêa Lima In: Monteiro, Ofélia Socrates do Nascimento. Como nasceu Goiânia. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”.

Monteiro, Ofélia Socrates do Nascimento. 1938. Como nasceu Goiânia. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”.

Moysés, Aristides. 2004. Goiânia: metrópole não planejada. Goiânia: UCG. 418 p.

Oliveira, Eliezer Cardoso de. 1999. Imagens e Mudança Cultural em Goiânia. 1999. 254f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade federal de Goiás, Goiânia.

Oliveira, Ubiratan Francisco de. 2011. “Marca d’ água”: o ser e o existir do rural no espaço metropolitano de Goiânia. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Rubin, Julio Cezar Rubin de. 2002. Sedimentação Quaternária, contexto paleoambiental e interação antrópica nos depósitos aluviais do Alto Rio Meia Ponte – Goiás/GO. 2002. 293f. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Pós-graduação em Geociências, UNESP, Rio Claro.

Silva, Clarinda Aparecida da. 2012. Goiânia(s): representações sociais e identidades. 2012. 331f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.